TERMO DE CREDENCIAMENTO - SESC-AR/DF TC Nº xxxxxx2025

Termo de Credenciamento para a ministração de oficinas, que entre si celebram o **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – SESC-AR/DF** e a empresa **XXXXXXX**.

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – SESC-AR/DF, sediado no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, Trecho 02, Quadra 02, Lote 1.130, Brasília/DF, CEP: 71.200-020, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.288.908/0001-30, doravante denominado CREDENCIANTE, neste ato representado pelo XXXXXXXXX, o Sr. **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º xxxx, SSP/XX, inscrito no CPF sob o n.º xxxxxxxxxx residente e domiciliado em xxxxxx/UF, de um lado, e do outro, a empresa **XXXXXXX**., sob o nome de fantasia **XXXX**, inscrita no CNPJ n.º xxxxxxxxxx, Inscrição Estadual xxxxxx, estabelecida no xxxxxxxx, Estado/UF, CEP xxxxx, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada por seu sócio, o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXX, SSP/UF, inscrito no CPF n.º xxxxxxxx, residente e domiciliado em Estado/UF, resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é o credenciamento de Microempreendedores Individuais e demais pessoas jurídicas, aptas a ministrar oficinas visando o desenvolvimento de atividades culturais, educativas e sociais promovidas pelo CREDENCIANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Termo de Credenciamento todas as regras e condições estabelecidas na Solicitação de Credenciamento da CREDENCIADA, no Edital de Credenciamento n.º. XXX/2025, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único. A CREDENCIADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Edital, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O CREDENCIANTE se obriga a pagar à CREDENCIADA os seguintes valores pela prestação dos serviços:

GRUPO	ITENS	OFICINA	UNIDADE	QTD. ESTIMADA	VALOR HORA/AULA	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1 ao 28	OFICINAS DIVERSAS 1 - ARTE E RTESANATO; 2 - CROCHÊ; 3 - TERRÁRIOS; 4 -MACRAMÊ; 5 - BISCUIT; 6 -PATCHWORK; 7 - SABOARIA ARTESANAL; 8 - BORDADO; 9 -RESINA; 10 - CONCRETO; 11 - PINTURA ARTÍSTICA; 12 -FELTRO; 13 - FOLHAS SECAS; 14 - DECOUPAGE; 15 - REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS; 16 - SCRAPBOOK; 17 - CARTONAGEM; 18 - CROCHÊ COM FIO DE MALHA; 19 - TAPEÇARIA; 20 - DOBRADURA; 21 - COSTURA CRIATIVA; 22 - MODELAGEM; 23 - TRANÇADO; 24 - FUXICO; 25 - ARTE FRANCESA; 26 - MARCENRIA; 27 - JOALHERIA; 28 - BONECAS DE PANO.	HORA-AULA	800	R\$ 150,00	R\$ 120.000,00
2	29 ao 57	OFICINAS DIVERSAS 29 - EXPRESSÃO CORPORAL; 30 - VOCÊ + DIGITAL; 31 -ARTERAPIA; 32 - ENVELHECIMENTO AFETIVIDADE E MEMÓRIA - TERAPIA OCUPACIONAL; 33 - ENVELHECIMENTO AFETIVIDADE E MEMÓRIA - MUSICOTERAPIA; 34 - DANÇA; 35 - TEATRO; 36 - GESTÃO FINANCEIRA; 37 - EMPREENDEDORISMO; 38 - RITMO +60; 39 - DANÇA CIGANA; 40 - OFICINA DE EQUILÍBRIO; 41 - ESCRITA CRIATIVA; 42 - FOTOGRAFIA; 43 - PINTURA EM TELA; 44 - OFICINA RECRIAR; 45 - TAI CHI CHUAN; 46 - YOGA; 47 - VIOLÃO; 48 - AUTOMAQUIAGEM; 49 - AUTOIMAGEM; 50 - ORGANIZAÇÃO PESSOAL; 51 - CAPOEIRA/ 52 - DANÇA PARA CRIANÇAS; 53 - DESENHO PARA CRIANÇAS; 54 - GRAFITE; 55 - INFORMÁTICA; 56 - MANEQUIM, MODELO PROFISSIONAL; 57 - DESIGNER INSTRUCIONAL.	HORA-AULA	800	R\$ 150,00	R\$ 120.000,00

Parágrafo primeiro. Considera-se uma hora-aula ou hora-atividade o período de 60 (sessenta) minutos

Parágrafo segundo. O número de horas aula será informado quando da convocação da CREDENCIADA para a realização dos serviços e será definido conforme a necessidade do projeto

Parágrafo terceiro. À CREDENCIADA caberá somente o valor da hora-aula estabelecido na tabela acima, sendo de inteira responsabilidade da CREDENCIADA todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como transporte, alimentação, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhista incidentes, seguro e outras despesas necessárias à prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do serviço deverá ser feita por profissionais vinculados à CREDENCIADA e observando as atribuições, leis e regulamentos próprios inerentes à função, com rigorosa observância das especificações contidas no Termo de Referência, no Edital de Credenciamento e seus Anexos, partes integrantes deste Instrumento.

Parágrafo primeiro. As oficinas serão definidas de acordo com a unidade do CREDENCIANTE em que serão realizadas ou nas instituições sociais atendidas nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal.

Parágrafo segundo. A seleção dos credenciados seguirá um sistema de rodízio, baseado na pontuação dos credenciados, em ordem decrescente com critério de desempate pela ordem cronológica de recebimento das solicitações, conforme a Lista dos Credenciados disponível no site www.sescdf.com.br

Parágrafo terceiro. Será designado o serviço por demanda de acordo com cada projeto a ser realizado pelo CREDENCIANTE.

Parágrafo quarto. A convocação para a realização dos serviços será realizada pela Gerência de Assistência e Desenvolvimento Comunitário.

Parágrafo quinto. O prazo de confirmação ou recusa será de 48 (quarenta e oito) horas, após o envio do email. As respostas devem ser encaminhadas para o e-mail: coord.assistencia@sescdf.com.br com cópia para super.social@sescdf.com.br.

Parágrafo sexto. A inércia da empresa será interpretada como recusa.

Parágrafo sétimo. Em caso de recusa por uma empresa, a convocação será encaminhada para a subsequente, de acordo com a Lista de Credenciados.

Parágrafo oitavo. Os projetos poderão ser cancelados e ou alterados, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis, mediante comunicação à CREDENCIADA.

Parágrafo nono. A CREDENCIADA para um projeto cancelado não será preterida ou preferida na ordem de chamamento. As convocações continuarão a seguir a ordem original.

Parágrafo décimo. As oficinas são modalidade de iniciação artística ou socioeducativa, vinculadas à educação não formal, de duração variada.

Parágrafo décimo primeiro. As propostas deverão ser de atividades práticas e teóricas que exercitem a experimentação, vivência e/ou a reflexão acerca dos seus conteúdos.

Parágrafo décimo segundo. As atividades contemplarão a introdução dos fundamentos, nas áreas de atuação, proporcionando ao participante qualificar-se, enriquecer sua experiência pessoal, melhorar sua qualidade de vida e aumentar a informação sobre as diversas linguagens artísticas, culturais e socioeducativas abordadas, além de propiciar a participação em atividades de lazer, fruição e socialização

CLÁUSULA QUINTA – DO HORÁRIO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os dias e horários das atividades serão estabelecidos durante a contratação.

Parágrafo primeiro. A CREDENCIADA declara estar ciente da necessidade de disponibilidade flexível para atender às demandas dos serviços.

Parágrafo segundo. As oficinas poderão ser realizadas em todas as sete unidades do CREDENCIANTE que promovem atividades sociais (913 Sul, 504 Sul, Guará, Taguatinga Norte, Taguatinga Sul, Ceilândia e Gama), bem como em instituições sociais e projetos comunitários localizados no Distrito Federal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

O pessoal destinado à prestação dos serviços deverá trabalhar identificado e não terá vínculo empregatício com o CREDENCIANTE, sendo contratado, subordinado e remunerado única e exclusivamente pela CREDENCIADA, que será responsável por encargos sociais e trabalhistas, 13º salário, férias, vales transportes, auxílio alimentação, seguros de acidentes de trabalho, impostos, taxas, contribuição previdenciária, verbas rescisórias e outros previstos em lei ou em normas coletivas de trabalho.

Parágrafo primeiro. A CREDENCIADA assumirá plena responsabilidade pelos acidentes de trabalho que venha sofrer seu pessoal.

Parágrafo segundo. Os profissionais designados para prestação do serviço contratado devem ser aqueles que tiveram o currículo e portfólio inclusos na proposta da CREDENCIADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

São obrigações da CREDENCIADA:

a) cumprir fielmente a sua parte neste Instrumento e nos documentos vinculantes que fazem parte do processo de credenciamento, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) efetuar os serviços, conforme especificações, prazo e local demandados;

c) ser responsável pelos danos causados diretamente ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

d) ser responsável pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a atividade resultante da execução dos serviços;

e) manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, inclusive a regularidade fiscal, e qualificação exigidas por lei e nos documentos que fazem parte do processo de contratação;

f) executar os serviços de cursos, palestras e oficinas com nível de qualidade e compromisso;

g) aceitar e facilitar a mais ampla e completa fiscalização, por parte do Sesc-AR/DF, sobre os serviços prestados;

h) informar aos supervisores das atividades do CREDENCIANTE a ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa atrasar ou impedir a realização e/ou conclusão dos serviços dentro do prazo previsto para a finalização da atividade, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização;

i) designar representante junto ao CREDENCIANTE para resolver todos os assuntos relativos à execução do serviço;

j) responsabilizar por qualquer dano causado aos equipamentos disponibilizados pelo CREDENCIANTE para as oficinas durante a realização da atividade, decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência;

k) estar ciente de que, em caso de inobservância das obrigações assumidas pela CREDENCIADA, poderá ensejar penalidades e até resolução contratual;

l) respeitar o tempo estipulado de cada palestra, curso ou oficina conforme cronograma.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

São obrigações do CREDENCIANTE:

a) organizar e coordenar a realização e execução das atividades nas unidades do CREDENCIANTE;

b) demandar a prestação do serviço por meio de documento, via e-mail, onde constarão o serviço e o quantitativo de hora-aula a ser prestado pela CREDENCIADA;

c) supervisionar e fiscalizar os serviços executados ou em execução, por intermédio de representante do CREDENCIANTE, devidamente identificado;

d) fornecer à CREDENCIADA, as informações necessárias e indispensáveis para a execução das atividades, bem como recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

e) informar à CREDENCIADA qualquer alteração de horários e rotinas da prestação dos serviços;

f) disponibilizar sala, equipamentos e materiais necessários para a realização da atividade;

g) atestar a execução do serviço e efetuar o pagamento à CREDENCIADA no valor, prazo e forma estabelecida neste instrumento;

h) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e termo de referência;

i) O CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

j) notificar expressamente a CREDENCIADA sobre quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, a qual terá prazo de 03 (três) dias para saná-las em sua totalidade;

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Não será admitida a subcontratação.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CREDENCIADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no credenciamento original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento;

c) Não haja prejuízo ao fornecimento do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CREDENCIANTE à continuidade do Termo de Credenciamento suas cláusulas e condições;

d) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CREDENCIANTE à continuidade do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme o art. 33 da Resolução Sesc n.º 1.593/2024, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do termo de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESCREDENCIAMENTO

Constituem hipóteses de descredenciamento:

- a) A discordância das regras do Credenciamento;
- b) existência de qualquer irregularidade na documentação, bem como a sua não apresentação;
- c) superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do Credenciado, ou que reduza a capacidade do alcance das finalidades e objetivos a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- d) declinar de prestar os serviços por 03 (três) vezes consecutivas, salvo caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
- e) A CREDENCIADA pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo que, as demandas já aceitas e/ou contratadas deverão ser cumpridas em sua totalidade, independente da solicitação de descredenciamento.

Parágrafo primeiro. A CREDENCIADA que, porventura venha a compor o quadro de empregados, terceirizados, cargos comissionados ou estagiários do SESC/SENAC/FECOMERCIO, bem como seus cônjuges e familiares até terceiro grau deverá solicitar seu descredenciamento.

Parágrafo segundo. A CREDENCIADA que durante o período de vigência do Termo de Credenciamento venha a ter o CNPJ cancelado ou inativo terá seu cadastro descredenciado.

Parágrafo terceiro. a inexecução da atividade contratada, total ou parcial, poderá ensejar a sua rescisão e demais consequências previstas no Termo de Credenciamento, bem como o descredenciamento da empresa;

Parágrafo quarto. Será realizada avaliação da qualidade técnica, pedagógica e organizacional das oficinas oferecidas onde haverá medição do nível de satisfação dos participantes nas oficinas em relação ao conteúdo, metodologia e

experiência geral, verificação da pontualidade e cumprimento dos horários estabelecidos e análise do feedback dos coordenadores responsáveis pela supervisão das oficinas em relação ao desempenho do oficinairo.

Parágrafo quinto. A avaliação mencionada no parágrafo anterior será realizada por meio do formulário, preenchido pelos participantes e será conduzida uma revisão periódica das oficinas, com a participação dos coordenadores responsáveis e dos participantes, para avaliação qualitativa do desempenho dos oficinairos. A CREDENCIADA que por alguma razão tenha sido considerada inapta a participar das atividades do CREDENCIANTE, após os critérios de avaliação, terá sua inscrição descredenciada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CREDENCIANTE, por intermédio do(a) Gerente da Gerência de Assistência e Desenvolvimento Comunitário. – GEADDEC, em função do objeto estar vinculado àquela Gerência.

Parágrafo primeiro. Será designado empregado do CREDENCIANTE para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, fiscalização técnica e administrativa, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Parágrafo segundo. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CREDENCIANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela CREDENCIADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo CREDENCIANTE.

Parágrafo primeiro. A Nota Fiscal deverá especificar o serviço executado, com o respectivo valor unitário e total e a comprovação de recebimento pelo CREDENCIANTE.

Parágrafo segundo. Nos valores apresentados na nota fiscal, já estarão inclusos tributos, taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento do objeto.

Parágrafo terceiro. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal:

a) Certidão Negativa da Fazenda Federal e Seguridade Social – INSS (conjunta);

b) Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CREDENCIADA.

d) Certidão Negativa Trabalhista – CNDT.

Parágrafo quarto. A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente, podendo ser substituída pela Certidão emitida pelo Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, como documento comprobatório de regularidade fiscal.

Parágrafo quinto. O documento fiscal deverá ser emitido somente entre os dias 01 a 20 de cada mês e apresentado ao CREDENCIANTE no máximo até o dia 20 do mês de sua emissão. Na hipótese de emissão entre os dias 21 e 31, este deverá ser **cancelado** e providenciada nova emissão a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

Parágrafo sexto. A cada pagamento, a CREDENCIADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

a) constatando-se a situação de irregularidade da CREDENCIADA, o CREDENCIANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e

b) o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CREDENCIANTE.

c) a falta de regularidade das certidões mencionadas poderá ensejar o descredenciamento.

Parágrafo sétimo. Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de

obrigações da CREDENCIADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

Parágrafo oitavo. Conforme preceitua a jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União – TCU, mesmo que não haja a regularização fiscal da CREDENCIADA no parágrafo sexto, não haverá retenção de pagamento de serviço já realizado.

Parágrafo nono. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o CREDENCIANTE.

Parágrafo décimo. Nos termos da Portaria n.º 113/2012 da Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Distrito Federal, o CREDENCIANTE, substituto tributário, procederá à retenção do tributo ISS quando do pagamento da fatura apresentada pela CREDENCIADA.

Parágrafo décimo primeiro. Em razão das obrigações acessórias decorrentes da legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o CREDENCIANTE também procederá as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS, Contribuição Social.

Parágrafo décimo segundo. O CREDENCIANTE não efetua pagamento por meio de boleto bancário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a empresa CREDENCIADA estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

- a) Advertência;
- b) Multa conforme infração e grau;
- c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação com o CREDENCIANTE, por um prazo de até 3 (três) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Termo de Credenciamento.
- d) Impedimento de contratar com o Sesc, por um prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência nacional, nas seguintes hipóteses:
 - d.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

d.2) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
d.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo primeiro. Para efeito de aplicação das penas de multa às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

Grau da infração	CORRESPONDÊNCIA
1	1% sobre o valor do Termo de Credenciamento
2	1,5% sobre o valor do Termo de Credenciamento
3	5% sobre o valor do Termo de Credenciamento
4	10% sobre o valor do Termo de Credenciamento

INFRAÇÃO			
Item	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atraso injustificado na entrega dos serviços	1	Por Hora
2	Descumprir quaisquer dos itens do documento e seus anexos não previstos nesta tabela de infrações, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do termo de credenciamento, por item e por ocorrência	3	Por Ocorrência
3	Inexecução parcial dos serviços objeto deste termo de credenciamento	4	Por Ocorrência
4	Inexecução total dos serviços objeto deste termo de credenciamento	5	Por Ocorrência
5	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do termo de credenciamento, sem a autorização prévia e por escrito do Sesc-AR/DF.	5	Por Ocorrência

Parágrafo segundo. O atraso superior a 60 (sessenta) dias será considerado como inexecução parcial ou total dos serviços, a depender da parcela inadimplida, dando ensejo às penalidades correspondentes para os casos de inexecução.

Parágrafo terceiro. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da empresa CREDENCIADA.

Parágrafo quarto. Quando não pagos em dinheiro pela empresa CREDENCIADA, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

Para composição do valor estimado foi utilizada a Ordem de Serviço AR/SESC/DF Nº 0022/2022, que dispõe sobre os valores limites no âmbito do CREDENCIANTE.

Parágrafo único. O presente Termo de Credenciamento não sofrerá reajuste durante a vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo quando atualizada a Tabela de Preços de pagamentos do CREDENCIANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E USO DE IMAGEM

Todo conteúdo produzido no âmbito das oficinas, incluindo, mas não se limitando a materiais didáticos, apostilas, apresentações, vídeos, fotografias, áudios, obras artísticas e demais criações intelectuais, será de propriedade do CREDENCIANTE.

Parágrafo primeiro. A CREDENCIADA cede ao CREDENCIANTE, de forma gratuita e não exclusiva, o direito de uso, reprodução, publicação e divulgação dos materiais produzidos durante as atividades, exclusivamente para fins institucionais, educacionais e promocionais.

Parágrafo segundo. O uso indevido dos materiais por terceiros, sem a devida autorização, será passível de medidas cabíveis conforme a legislação de direitos autorais vigente.

Parágrafo terceiro. O CREDENCIANTE poderá realizar registros audiovisuais (fotografias, vídeos e áudios) das oficinas para fins institucionais, educativos e promocionais, respeitando a legislação de proteção de dados e direitos de imagem.

Parágrafo quarto. A CREDENCIADA e participantes deverão autorizar previamente a captação e uso de suas imagens e vozes mediante assinatura de um Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz.

Parágrafo quinto. A não autorização por parte da CREDENCIADA ou participante deverá ser respeitada, garantindo-se a não exposição da imagem ou voz do indivíduo nos materiais produzidos.

Parágrafo sexto. É vedado à CREDENCIADA o uso e divulgação de imagens dos participantes sem a devida autorização do CREDENCIANTE e dos envolvidos, sob pena de responsabilização legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CREDENCIADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Termo de Credenciamento em conformidade com a Política de Privacidade e

Tratamento de Dados Pessoais – PPTDP do CREDENCIANTE, bem como a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018), entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

Parágrafo primeiro. As informações abarcadas na PPTDP incluem todos os dados detidos, usados ou transmitidos pelo ou em nome do CREDENCIANTE, em qualquer suporte. Isso inclui dados pessoais registrados em papel e dados digitais armazenados em qualquer tipo de mídia, obrigando-se a CREDENCIADA a:

a) tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do CREDENCIANTE e em conformidade com esta Cláusula, e que, na eventualidade de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao CREDENCIANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do CREDENCIANTE.

d) garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidem com os dados pessoais sob responsabilidade do CREDENCIANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CREDENCIADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção do objeto deste Termo de Credenciamento. Ainda treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

Parágrafo segundo. Exceto se previamente autorizado por escrito pelo CREDENCIANTE, os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

Parágrafo terceiro. Caso a CREDENCIADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao CREDENCIANTE para que este tome as medidas que julgar cabíveis.

Parágrafo quarto. A CREDENCIADA deverá notificar o CREDENCIANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CREDENCIADA, seus funcionários ou terceiros autorizados;

b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CREDENCIADA.

Parágrafo quinto. A CREDENCIADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao CREDENCIANTE e/ou a terceiros resultantes diretamente do descumprimento de qualquer das disposições previstas neste Instrumento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo sexto. A CREDENCIADA declara-se ciente e concorda com a PPTDP que estabelece diretrizes e regras para garantir que seus destinatários entendam e cumpram as legislações que versem sobre a proteção de dados pessoais em todas as interações com atuais e futuros titulares de dados pessoais, terceiros e agentes de tratamento de dados pessoais externos ao CREDENCIANTE no âmbito de suas atividades.

Parágrafo sétimo. O CREDENCIANTE adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes de que a CREDENCIADA, em decorrência do presente Termo de Credenciamento, poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pelo CREDENCIANTE e seus clientes (“Dados Protegidos”), exclusivamente para fins específicos do presente contrato.

Parágrafo oitavo. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

Parágrafo nono. O CREDENCIANTE deve dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de seus clientes para que a CREDENCIADA cumpra o disposto neste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo único. A inexecução da atividade contratada, total ou parcial, poderá ensejar a sua rescisão e demais consequências previstas no Termo de Credenciamento, bem como o descredenciamento da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUSTENTABILIDADE

Esta contratação, observará as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, com base no art. 23 da Resolução Sesc n.º 1.593/2024.

Parágrafo primeiro. O dispositivo supracitado disciplina o tema da seguinte forma:

- a) estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e utilização;
- b) adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- c) incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- d) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- e) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- f) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- g) maior geração de emprego e renda, preferencialmente com mão de obra local;
- h) redução de desigualdades sociais, ações de equidade de gênero, raça e etnia, inclusão social e diversidade; e
- i) boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista.

Parágrafo segundo. É altamente desejável que a CONTRATADA apresente um plano de logística reversa para reciclagem dos materiais excedentes, em consonância com as práticas mencionadas de sustentabilidade ambiental.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ACREDENCIADA deverá, no ato do credenciamento, indicar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, quando aplicável.

Parágrafo primeiro. ACREDENCIADA poderá, a qualquer momento durante a vigência do credenciamento, solicitar a substituição ou inclusão de novos profissionais para execução dos serviços, mediante as seguintes condições:

a) encaminhar uma solicitação formal ao CREDENCIANTE, informando os motivos da substituição ou inclusão do novo profissional, juntamente com os documentos que comprovem a qualificação técnica do profissional indicado;

b) a substituição ou inclusão estará sujeita à análise e aprovação da equipe responsável pelo credenciamento, a fim de verificar se o novo profissional atende aos critérios estabelecidos no edital e/ou Termo de Referência;

c) após o recebimento da solicitação, o CREDENCIANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para avaliar a solicitação e informar a aprovação ou eventual necessidade de ajustes;

d) em caso de aprovação, será atualizado o cadastro do fornecedor credenciado, garantindo que os registros reflitam corretamente a nova composição da equipe;

e) será exigida, para as atividades que requerem regulamentação específica, a apresentação de registro no conselho profissional competente, conforme determina a legislação vigente. O documento comprobatório deverá estar válido e atualizado no momento da assinatura do termo de credenciamento e durante toda a execução dos serviços, quando aplicável.

Parágrafo segundo. O Termo de Credenciamento poderá sofrer acréscimos em até 50% (cinquenta por cento) do valor global, mediante justificativa, e sofrer supressões nos limites estabelecidos entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília/DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Termo de Credenciamento.

E por estarem de acordo, assinam, digital/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CREDENCIADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CREDENCIANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CREDENCIADA